

CONHECIMENTOS BÁSICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 15, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

LÍNGUA PORTUGUESA

LEIA O TEXTO A SEGUIR PARA RESPONDER ÀS QUESTÕES NUMERADAS DE 01 A 05.



TROPA DE ELITE: GUERRA E DIREITOS HUMANOS OU GUERRA AOS DIREITOS HUMANOS?

O Brasil está em guerra há muitos anos – principalmente os grandes centros urbanos. A Guerra das Drogas acontece desde que os traficantes ganharam poder – financiados pelos idiotas – e construíram seu império nas favelas do país, nas quais bandidos reinariam absolutos sobre cidadãos indefesos. Volta e meia, além de promover o tráfico, os bandidos assaltam, seqüestram e matam banalmente por aí. E a sociedade, estúpida, sei lá, – inclusive a representada pelos protagonistas do filme *Tropa de Elite* – acha que basta reprimir o tráfico. Quer dizer, a sociedade precisa entender que vários fatores, além das drogas, contribuem para o atual estado de coisas e, desde que ninguém proporcione uma ação melhor do que as que aí estão, as guerras urbanas vão continuar brutalizando os homens – e na guerra vale tudo! (tortura e morte).

Numa seqüência, entre outros, de quadros que mostram um povo oprimido nas *filas, nas vilas, favelas e da força da grana que ergue e destrói coisas belas*, como naquela visão filosófica de Caetano, já tão repetidamente cantada e, quiçá, na de José Padilha, agora diante de nossos olhos, na tela, *Tropa de Elite* é um filme realista, pois mostra exatamente o que os jornais e a televisão mostram todos os dias. E principalmente porque revela o lado humano dos personagens – que têm medo, que têm arrogância, que sofrem de stress, de remorso, de culpa... E também mostra o caos do poder público, a corrupção, os interesses políticos, a lei da selva de pedra. Ao contrário dos filmezinhos americanos, *Tropa de Elite* não tem heróis. Na verdade, só tem bandidos.

Tropa de Elite é um filme violento – de ação, de tensão e de drama – mas que emociona. E, haverá quem reitere que serve mais como mais um alerta (e quantos serão necessários???) para que a sociedade acorde e perceba que não basta se vestir de branco e fazer passeata. É necessário que ela volte a acreditar que há outros valores – que o dinheiro não pode comprar. E que segurança é um bem público, uma responsabilidade à qual os governos devem responder com políticas públicas bem concatenadas, justas, baseadas nos direitos humanos, de fato. Não basta levantar bandeiras e fazer apitação. Direitos humanos só existem se forem respeitados. Na realidade e na ficção.

Vale a pena assistir a esse filme, nem que seja para refletir. Nota sete.

(Texto retirado da seção Avaliação crítica do leitor (adaptado). Celso AfonsoBrum Sagastume. Site Adoro Cinema <http://www.adorocinema.com/filmes/Tropa-de-elite/asp>. Acesso em 20/12/2007)

01. Em relação ao texto lido, assinale a opção correta:

- A) Como se trata de um texto crítico, o nível de formalidade, as escolhas vocabulares e a impessoalidade da linguagem estão adequados a textos de correspondências oficiais.
- B) Trata-se de um texto exclusivamente de natureza narrativa, em linguagem conativa empregada em nível coloquial, que apresenta fatos e personagens agindo no tempo e no espaço.
- C) É um texto em que há evidência de que o seu autor, considerando o filme excelente e absolutamente correto em todos os aspectos, faz uso do tema para dissertar, também em linguagem persuasiva, sobre a necessidade de adoção de políticas públicas preventivas e integradas.
- D) Além de avaliar o filme, o texto, de natureza opinativa, se aproveita do tema para dissertar sobre a questão da violência urbana, fazendo uso de recursos argumentativos em nível informal de linguagem.

02. Sobre o emprego dos pronomes, observe o pronome pessoal **ela** e o relativo **qual**, no terceiro parágrafo do texto. Como todo pronome, cada um desses também se encontra no lugar de um nome. Portanto, neste caso, os nomes (substantivos) substituídos no texto, respectivamente, pelos pronomes referidos são:

- A) passeata / segurança
- B) sociedade / responsabilidade
- C) sociedade / dinheiro
- D) alerta / segurança

03. A respeito dos elementos estruturais do texto, avalie as afirmativas a seguir:

- 1- Em: "... haverá quem reitere que serve mais como mais um alerta..." e em "... com políticas públicas bem concatenadas ..." (terceiro parágrafo), as palavras sublinhadas poderiam, sem prejuízo para o significado, ser substituídas, respectivamente, pelas palavras **repita** e **estabelecidas**.
- 2 - Em: "Numa seqüência, entre outros, de quadros que mostram um povo oprimido nas *filas*, *nas vilas*, *favelas* e *da força da grana que ergue e destrói coisas belas*, como naquela visão filosófica de Caetano, já tão repetidamente cantada ..." (segundo parágrafo), ocorre, coerentemente, uma intertextualidade.
- 3 - Em: "Ao contrário dos filmezinhos americanos..." (final do segundo parágrafo), e, no contexto em que está inserido, o sufixo diminutivo, usado na palavra grifada, inverte completamente a conotação pejorativa do substantivo filme, emprestando-lhe até algum sentido carinhoso.
- 4 - Em: "E também mostra o caos do poder público, a corrupção, os interesses políticos, a lei da selva de pedra." (segundo parágrafo), a expressão sublinhada, estilisticamente, metaforiza o conceito dado às grandes e modernas metrópoles.

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 3, apenas.

04. Sobre os recursos coesivos utilizados no primeiro parágrafo do texto, considere as seguintes afirmativas:

- 1 - Em: “Volta e meia, além de promover o tráfico ...” a expressão destacada constitui referência temporal.
- 2 - Em: “E a sociedade, estúpida, sei lá ...” o advérbio **lá** representa uma referência de lugar.
- 3 - Em: “A Guerra das Drogas acontece **desde** que os traficantes ganharam poder ...”, **desde** tem valor temporal da mesma forma que em “ ... **desde** que ninguém proporcione uma ação ...”.
- 4 - O trecho: “Quer dizer, a sociedade precisa entender que vários fatores, além das drogas, contribuem para o atual estado de coisas ...” esclarece o segmento anterior, e a expressão destacada introduz esse esclarecimento.

O correto está em:

- A) 1, 2, 3 e 4.
- B) 3 e 4, apenas.
- C) 2 e 3, apenas.
- D) 1 e 4, apenas.

05. Acerca das estruturas morfossintáticas do texto, avalie os itens a seguir:

- 1 - A respeito da seguinte construção frasal, no primeiro parágrafo: “... e construíram seu império nas favelas do país, nas quais bandidos reinariam absolutos sobre cidadãos indefesos.”, o emprego da forma verbal grifada indica a continuidade, no presente, de uma ação realizada no passado.
- 2 - No trecho: “E principalmente porque revela o lado humano dos personagens – que têm medo, que têm arrogância, que sofrem de stress, de remorso, de culpa... E também mostra o caos do poder público, a corrupção, os interesses políticos, a lei da selva de pedra.”, todas as vírgulas foram usadas com a finalidade de separar os elementos de uma enumeração.
- 3 - No trecho: “Vale a pena assistir a esse filme, nem que seja para refletir.”, a regência do verbo assistir obedece à norma dita culta da língua.
- 4 - Em: “Direitos humanos só existem se forem respeitados.”, o nexos coesivo sintático **se** nos permite reconhecer uma relação semântica de conclusão entre as orações .

O correto está em:

- A) 2 e 3, apenas.
- B) 1, 2 e 4, apenas.
- C) 4, apenas.
- D) 1, 2, 3 e 4.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

06. Qual a alternativa preenche correta e, respectivamente, as lacunas abaixo:

"Os, tais como o são programas que gerenciam os recursos de e de um sistema computacional. Dentre os recursos de os permitem a interação do usuário com o computador."

- A) sistemas operacionais - Windows XP e o Linux - hardware - software - software - aplicativos.
- B) aplicativos - word e o excel - software - hardware - software - programas.
- C) sistemas operacionais - Windows XP e o Power Point - hardware - software - hardware - aplicativos.
- D) programas - Windows XP e o Linux - aplicativos - sistemas operacionais - aplicativos - programas.

07. Qual o procedimento correto para realização de cópia de segurança, para garantir a recuperação de arquivos, no caso de defeito irreversível no disco rígido do computador?

- A) Criar uma pasta chamada "Backup", na "Unidade C" do computador, e copiar todos os arquivos importantes para essa pasta.
- B) Mover todos os arquivos importantes para um disquete (Unidade A).
- C) Fazer uma cópia de todos os arquivos importantes em um CDR (*compact disk rewritable*).
- D) Copiar todos os arquivos importantes para a pasta "Minhas Cópias", disponível juntamente com as pastas "Meus Documentos", "Minhas Músicas", "Meus Vídeos" e "Minhas Imagens".

08. Os computadores necessitam de proteções contra as variações de energia elétrica. Os estabilizadores e *Nobreaks* são muito utilizados para proteger os computadores contra essas variações. Contudo, esses equipamentos têm funções distintas. Assinale a alternativa que apresenta a função correta do estabilizador e do *nobreak*, respectivamente:

- A) Manter a energia constante em 110 volts e filtrar descargas atmosféricas.
- B) Manter o fornecimento de energia constante em uma faixa aceitável e fornecer energia, por um tempo limitado, durante a falta de energia na rede elétrica.
- C) Manter a energia estável durante a falta da energia na rede elétrica e fornecer energia de qualidade dentro de uma faixa aceitável pelo computador, que pode variar de 100 a 120 volts.
- D) Filtrar a energia elétrica, permitindo somente a passagem de energia de boa qualidade em torno de 110 volts e manter o fornecimento de energia constante em 110 volts, sem limite de tempo, durante a falta de energia na rede elétrica.

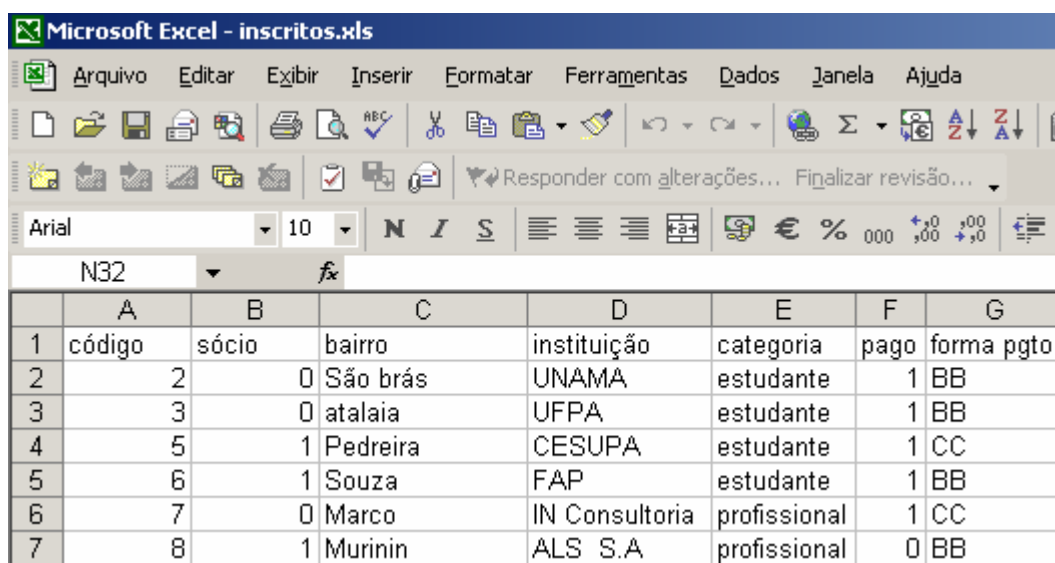
09. No Windows XP, para personalizar o menu Iniciar e a barra de tarefas, é utilizada a caixa de diálogo “Propriedades da Barra de Tarefas e do Menu Iniciar”. Sobre a maneira de serem feitas essas configurações, é correto afirmar:

- I- O menu Iniciar pode ser exibido no formato “Menu Iniciar” ou “Menu Iniciar padrão”.
- II- Ícones inativos podem ser ocultados na barra de tarefas.
- III- Podem ser adicionados ou removidos itens no menu Iniciar.
- IV- A barra de tarefas pode aparecer com seus itens organizados em janelas em cascata.

O correto está apenas em:

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I e IV.

10. Considere a planilha, elaborada no MS-Excel 2002, contendo informações dos inscritos em um determinado evento de informática. Assinale a alternativa que apresenta a seqüência de passos que pode ser realizada para incluir um AutoFiltro na coluna “sócio”, a qual define se um determinado participante é sócio da Sociedade de Informática (código igual a 1) ou não (código igual a 0). Ao final desse processo, devem ser apresentados apenas os participantes com código igual a 1 (sócios).



| | A | B | C | D | E | F | G |
|---|--------|-------|----------|----------------|--------------|------|------------|
| 1 | código | sócio | bairro | instituição | categoria | pago | forma pgto |
| 2 | 2 | 0 | São brás | UNAMA | estudante | 1 | BB |
| 3 | 3 | 0 | atalaia | UFPA | estudante | 1 | BB |
| 4 | 5 | 1 | Pedreira | CESUPA | estudante | 1 | CC |
| 5 | 6 | 1 | Souza | FAP | estudante | 1 | BB |
| 6 | 7 | 0 | Marco | IN Consultoria | profissional | 1 | CC |
| 7 | 8 | 1 | Murinin | ALS S.A | profissional | 0 | BB |

- A) Clicar sobre a célula B1, selecionar o menu “Ferramentas”, selecionar a opção “Autofiltro” e, em seguida, escolher a opção sócio igual a 1, a partir do “AutoFiltro” da célula B1.
- B) Selecionar a coluna B, selecionar o menu “Dados”, selecionar “AutoFiltro” a partir da opção “Filtrar”. Em seguida, selecionar o valor 1, a partir do “AutoFiltro” da célula B1.
- C) Clicar sobre a célula B1, selecionar o menu “Dados”, selecionar “Personalizar Filtro” a partir da opção “AutoFiltro” e, em seguida, escolher o valor 1, a partir do “AutoFiltro” da célula B1.
- D) Selecionar a coluna B, selecionar o menu “Ferramentas”, selecionar “AutoFiltro”. Em seguida, selecionar o valor sócio igual 1, a partir do “AutoFiltro” da célula B1.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Sobre desapropriação é correto afirmar:

- A) Os juros moratórios e os juros compensatórios podem ser cumulados nos processos de desapropriação.
- B) A declaração de utilidade pública ou interesse social restringe o uso do bem a ser desapropriado.
- C) A imissão provisória na posse do bem será sempre concedida ao poder público expropriante em razão da supremacia do interesse público.
- D) Nas desapropriações para fins de reforma agrária as benfeitorias úteis e necessárias não serão indenizadas.

12. Contra a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei nº 8.666/93 cabe:

- A) pedido de reconsideração.
- B) representação no prazo de 5 dias úteis.
- C) recurso hierárquico.
- D) pedido de reapreciação.

13. Em relação aos atributos dos atos administrativos é correto afirmar:

- A) Da presunção de legitimidade decorre que somente os administradores públicos estão obrigados a dar cumprimento aos atos administrativos.
- B) A auto-executoriedade dos atos administrativos não se aplica à cobrança de multas pela Administração Pública.
- C) A presunção de legitimidade é absoluta em razão da supremacia do interesse público.
- D) Na hipótese de ser questionado um ato administrativo, cabe à Administração Pública provar a validade do ato, considerando que a presunção de legitimidade é relativa.

14. São considerados bens públicos dominiais:

- A) Os prédios onde estão instaladas autarquias e fundações.
- B) As ruas, praças e lagos.
- C) Computadores considerados inservíveis pela Administração Pública.
- D) Bens das empresas públicas exploradoras de atividade econômica.

15. Sobre a forma de organização da Administração Pública brasileira é correto afirmar:

- A) Integram a Administração Pública Indireta: autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista e as organizações civis de interesse público.
- B) A autarquia exerce atividade típica de Estado e subordina-se ao regime jurídico de direito privado.
- C) Os órgãos públicos possuem personalidade jurídica própria e capacidade processual.
- D) Na Administração Direta ocorre a centralização e desconcentração de poder.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NAS QUESTÕES NUMERADAS DE 16 A 40, ASSINALE A ÚNICA ALTERNATIVA QUE RESPONDE CORRETAMENTE AO ENUNCIADO.

16. A avaliação psicológica é um processo técnico-científico na coleta de dados. No âmbito jurídico a característica principal da avaliação psicológica é:
- A) apresentar, preferencialmente, a dinâmica interna do sujeito avaliado, visto que assim se poderá controlar a conduta do mesmo, contribuindo no melhor encaminhamento do caso.
 - B) relacionar os dados à demanda solicitada, limitando-se a fornecer informações consistentes que se atenham ao esclarecimento ou aprofundamento do caso, naquela situação específica.
 - C) priorizar os determinantes históricos, culturais, políticos e econômicos do sujeito atendido, com o intuito de poder melhor prever e controlar seu comportamento, visto que o mesmo está contextualizado. Esta conduta é um avanço em relação à noção psicopatológica da elaboração de laudos e pareceres.
 - D) adequar-se aos desejos e pretensões da pessoa avaliada, tornando-se assim mais fidedignos, visto que na área jurídica o psicólogo assume o papel de 'porta-voz' dos sujeitos, principalmente dos menos favorecidos economicamente.
17. Quando o Psicólogo Jurídico realiza uma avaliação psicológica, geralmente utiliza os mesmos métodos de investigação que são utilizados na área clínica, tais como: entrevista, testes psicológicos, informação de familiares, etc. Todavia, a avaliação psicológica na área jurídica diferencia-se da avaliação na área clínica pelo fato de que:
- A) na área jurídica, o diagnóstico, o tratamento para a mudança e o funcionamento da personalidade são aspectos prioritários e mais importantes.
 - B) a visão do examinando é o ponto de maior culminância na avaliação.
 - C) na área jurídica, o psicólogo ocupa um lugar 'mais distante' do examinando, visto a necessidade que tem de confrontá-lo nas questões relativas à avaliação em questão.
 - D) na área jurídica há muito mais a colaboração do paciente, justamente por estarem em jogo questões de seu próprio interesse, sendo um fator que garante a fidedignidade das informações.
18. A importância da compreensão sistêmica da família como campo de estudo tem sido valorizada desde os meados do século passado, principalmente nas pesquisas acerca da saúde mental. A principal contribuição teórica nesta área é que:
- A) o foco do sofrimento psíquico centra-se na psicopatologia, a qual gera desconforto emocional a todos os integrantes da família os quais adoecem, visto a inabilidade para lidar com o problema.
 - B) a compreensão dos conflitos internos como causadores do mal-estar passou para a crença de que os padrões disfuncionais da família seriam os causadores e mantenedores do sofrimento emocional.
 - C) a mudança de paradigma em relação ao foco do problema, visto que a visão circular foi substituída pela visão linear a qual norteia a atuação dos terapeutas de família em todo o mundo, tendo alcançado resultados bem satisfatórios, principalmente na área jurídica, da criança e do adolescente.
 - D) o fato de que o sofrimento psíquico passou a ser valorizado sobremaneira, como fruto dos conflitos internos dos integrantes da família.

19. Considerando a importância da abordagem familiar sistêmica no atendimento a crianças, adolescentes e adultos, o Psicólogo Jurídico deve, preferencialmente, em seus atendimentos com a família:
- A) valorizar o discurso do paciente Identificado, dando-lhe apoio com o intuito de ajudá-lo a superar e a se libertar da influência familiar, que contribui com seu adoecimento, o que torna mais eficaz e produtivo o atendimento. Isto vai concorrer para que haja uma mudança na homeostase familiar.
 - B) decidir pelo atendimento em separado de cada membro da família, visto que cada integrante tem uma forma particular de avaliar o problema vivenciado, de maneira que se evitem discussões desnecessárias em um atendimento de poucas sessões. Além do que, garante que cada integrante da família possa se expressar livremente sem se sentir 'julgado' pelo outro familiar com quem tem conflito.
 - C) levar em conta que os problemas atribuídos ao Paciente Identificado não se referem a ele, mas somente aos outros integrantes da família.
 - D) estar atento à dinâmica familiar e ao processo de comunicação existente que, na maioria dos casos, sustenta a ideia de que o Paciente Identificado é o único que possui o sintoma e o mantém.
20. A separação ou o divórcio dos pais é um tema que atinge tanto o Direito quanto a Psicologia. No tocante às repercussões da separação nos filhos, sob o ponto de vista da Psicologia Jurídica, pode-se afirmar que:
- A) não é aconselhável falar com os filhos sobre temas que causam sofrimento, visto que isto só aumentaria ainda mais o sofrimento destes.
 - B) à medida que os ex-cônjuges resolvem sua questão judicial, conseqüentemente cessa o sofrimento emocional dos filhos.
 - C) as reações iniciais de sofrimento dos filhos, logo após a separação, não necessariamente refletem um comprometimento a longo prazo, mas apontam para uma dificuldade esperada em um processo de separação, devido as mudanças ocasionadas no espaço doméstico.
 - D) a mediação, nestes casos, é indicada, até porque seus objetivos se relacionam principalmente ao sofrimento dos filhos.
21. A partir das novas configurações de família na sociedade moderna, das orientações do Conselho Federal de Psicologia e das orientações contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente, em um caso de um pedido de adoção de uma criança por uma pessoa solteira (dentro dos limites de idade que estabelece a lei) que vive um relacionamento homoafetivo estável, o Psicólogo Jurídico deve conduzir a análise do caso tendo, principalmente, por base:
- A) as condições da pessoa pretendente à adoção de garantir à criança os cuidados fundamentais contidos no ECA, mas deve alertar o Juiz acerca dos riscos de inserir uma criança em um modelo de família que vai de encontro ao modelo de família nuclear, podendo repercutir no desenvolvimento psicológico futuro da criança.
 - B) o estudo do caso em particular, analisando as condições afetivas e o desejo da pessoa interessada e sua condição de assumir as obrigações contidas nas leis brasileiras.
 - C) o desejo da paternidade ou maternidade da pessoa interessada, assim como a capacidade real de garantir os cuidados básicos contidos no ECA. Contudo, sugerir mais tempo de adaptabilidade entre a criança e o(a) pretendente à adoção, a fim de se averiguar se a criança realmente está adequada a este modelo de família disfuncional.
 - D) que é preferível ser favorável à adoção a todo custo por qualquer casal homossexual a manter a criança por muitos anos em um abrigo.

22. Tendo em vista pesquisas e debates atuais acerca da atuação do Psicólogo nas Varas de Família, principalmente no sentido de auxiliar na indicação de qual genitor deve, em caso de disputa entre os cônjuges, exercer o papel de guardião dos filhos, o Psicólogo Jurídico deve tomar como base para sua análise que:
- A) a escolha pelo genitor afetivo como preferencial para assumir a guarda como tendência natural é motivo de críticas. Na verdade, deve-se incentivar que tanto o pai quanto a mãe possam ser pais psicológicos.
 - B) o/a pai/mãe visitante acaba tornando-se pai/mãe ausente, mas as pesquisas apontam que as crianças preferem, em mais de 90% dos casos, morar com a mãe, principalmente se houver outra pessoa significativa como avô, padrasto que possa fazer, às vezes, de genitor visitante.
 - C) o pai na condição de visitante não interfere na imagem de pai ausente para a criança. De fato, a criança aos poucos compreende ser a mãe que assumiu a guarda judicial, a pessoa que é a única responsável por sua educação e criação.
 - D) os encaminhamentos psicológicos devem se pautar na associação entre parentalidade e conjugalidade.
23. No caso de atendimento, na Vara de Família, a um casal que está vivenciando uma situação conflituosa devido a um processo judicial de divórcio, o Psicólogo Jurídico, na sua escuta e intervenção, deve principalmente:
- A) estar mais preocupado com as questões subjetivas que proporcionaram a 'escolha' do (a) parceiro (a) e o atual conflito; isto porque, se o casal desconhecer esta dinâmica, continuará a repetir as mesmas 'escolhas' com pessoas diferentes.
 - B) ter conhecimento de que se trata de um processo de perda que se assemelha ao luto, favorecer o processo de comunicação entre ambos a fim de poderem fazer escolhas mais pautadas na realidade e intervir no sentido de que procurem envolver, o menos possível, os filhos nos conflitos do casal.
 - C) encaminhar o casal a uma psicoterapia específica, visto que o âmbito jurídico não está preparado para intervir em conflitos conjugais que se estruturaram durante muito tempo, impossibilitando ao Psicólogo de realizar um atendimento, de fato, eficaz.
 - D) direcionar o atendimento no sentido de que o casal possa aguardar um pouco mais, antes de optar pela separação, visto os riscos emocionais que uma separação acarreta na vida dos filhos.
24. Em se tratando do atendimento ao adolescente em conflito com a Lei, dos atuais debates sobre a questão e considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, o Psicólogo Jurídico deve observar que:
- A) nas situações infracionais, o adolescente não pode ser responsabilizado por seus atos do ponto de vista psicológico, mas sim, deve-se oferecer condições para que os seus responsáveis assumam com ele as responsabilidades legais pela infração.
 - B) a mídia trata o adolescente em conflito com a lei como pertencente a uma classe 'pobre' e 'não-branca', fomentando a 'cultura do medo' o que, conseqüentemente, gera uma necessidade de punição social e uma obsessão por segurança, tornando-se até plataforma política de alguns governos. Portanto, o Psicólogo deve mais proteger o adolescente, por ser vítima da sociedade, do que estar atento à lógica subjetiva pela qual o sujeito adolescente cometeu a infração.
 - C) os estudos psicossociais devem ser focais e direcionados ao ato infracional em si, no sentido de esclarecer a culpa do adolescente, o que ajudará o Juiz, inclusive, a prever a reincidência infracional do adolescente, o que é fundamental para a determinação de qual medida sócio-educativa é mais adequada a cada caso singular.
 - D) uma contínua ação infracional pode revelar uma 'solicitação' que o sujeito adolescente está fazendo no sentido de receber uma intervenção da Lei institucionalizada. Isto ocorre quando o sujeito adolescente em questão tem dificuldade de manter uma orientação subjetiva frente às normas sociais.

25. No tocante à atuação do Psicólogo Jurídico no Sistema Penal Brasileiro na atualidade, o principal desafio teórico e prático encontrado por este profissional é:
- A) procurar valorizar a escuta do sujeito na sua singularidade de forma multiprofissional e assumir a tensão existente entre o discurso deste e as finalidades disciplinadoras da Instituição judiciária.
 - B) conhecer exaustiva e detalhadamente os testes psicológicos a serem aplicados, a fim de se evitar julgamentos precipitados do periciando, podendo contribuir para o agravamento de sua pena. Contudo, os testes utilizados devem estar de acordo com as orientações do Conselho Federal de Psicologia (CFP), levando em consideração, na elaboração de perfis criminais, os aspectos dinâmicos dos mesmos, visto que o sujeito da psicologia não é um sujeito estático, mas influenciado por determinações históricas e culturais.
 - C) aprofundar-se no conhecimento mais específico da criminologia e vitimologia, visto que, com o aumento da violência, a elaboração de perfis criminais contribui sobremaneira no esclarecimento dos casos.
 - D) envolver a família nos atendimentos, a fim de perceber quais mecanismos do relacionamento familiar contribuíram para a conduta criminosa.
26. Os estudos sobre a criminalidade, a culpa e a responsabilidade dos sujeitos encontram-se entre os temas que se relacionam à atuação do Psicólogo Jurídico na área penal. Mais precisamente na contribuição atual que a psicologia traz ao estudo e debate acerca do tema, o Psicólogo Jurídico deve priorizar o fato de que:
- A) a culpa e a responsabilidade têm uma relação direta com a capacidade de o sujeito responder por seus atos, principalmente pelo fato de que o livre arbítrio garante ao sujeito condições de opção entre uma conduta social humanitária e uma conduta criminosa.
 - B) tanto a culpa quanto a responsabilidade apontam para questões da subjetividade, que devem ser levadas em consideração pelo Psicólogo Jurídico na análise contextualizada e particular de cada caso.
 - C) a sociedade é que, primeiramente, precisa ser radicalmente transformada antes de se pensar na ressocialização e re-educação do sujeito potencialmente criminoso, visto que, antes de se buscar explicações sobre a criminalidade e, conseqüentemente, sobre a culpa e responsabilidade, deve-se responsabilizar a sociedade que estigmatiza os sujeitos e os pune através de suas instituições jurídicas. Desta forma, seria até possível pensar em um 'contrato social' defendido por J. J. Rousseau desde o século XVIII.
 - D) o Sistema Penal é que culpa os sujeitos porque fabrica os culpados, prolifera a violência, além de estigmatizar a personalidade do condenado. Em outras palavras, a culpa e responsabilidade são oriundas exclusivamente de um processo de falimento do Sistema Penal brasileiro.
27. Tendo em vista que os conhecimentos de Psicopatologia contribuem na atuação do Psicólogo Jurídico, pode-se afirmar que, hodiernamente:
- A) o estudo da Psicopatologia auxilia no debate acerca da doença mental e do crime, sem, contudo, oferecer respostas definitivas sobre estas questões. Além disso, contribui na compreensão dos efeitos subjetivos que a interferência da execução penal causa na pessoa presa.
 - B) o estudo da Psicopatologia contribui no diagnóstico preventivo de transtorno anti-social nas crianças e nos adolescentes, o que proporciona condições melhores de atendimento e acompanhamento dos casos.
 - C) os estudos atuais de Psicopatologia alteraram o foco de análise do crime para a figura do criminoso, o qual passou a ser objeto de estudo da criminologia. Além disso, garantem base científica para as teorias Lombrosianas, apresentadas ainda no início do século XX, mas que careciam de fundamentação psicopatológica.
 - D) o interesse maior é o de apresentar perfis de *serial killers* e de estudar a relação entre uso abusivo de álcool e drogas com a conduta criminosa, o que dá garantias de eficácia à ação policial.

28. Levando em consideração o Estatuto do Idoso e a atuação do Psicólogo Jurídico, no atendimento à pessoa idosa, nos casos de violência, é correto afirmar:

- A) O convívio plurigeracional comum nas famílias brasileiras pode ser visto como uma garantia de proteção ao idoso contra os abusos físicos, psicológicos, financeiros, visto que evita o sentimento de solidão e oferece condições de diminuição da violência, o que deve ser incentivado pelo Psicólogo. Conseqüentemente, ocorrerá a responsabilização da família na temática da violência.
- B) Que a violência contra a pessoa idosa é oriunda de problemas estritamente sociais e atinge as classes menos favorecidas economicamente.
- C) A violência contra o Idoso é uma temática exclusiva do espaço privado da família e de sua dinâmica relacional e nele deve ser tratado.
- D) O vínculo afetivo estreito entre o idoso agredido e o agente da agressão que, na maioria dos casos, é um familiar, impõe a necessidade de o Psicólogo levar em conta a dependência entre ambos, a dinâmica transgeracional e o histórico da relação.

29. Considerando a literatura sobre a Psicologia Jurídica, é correto afirmar:

- 1. O Psicólogo que atua na área criminal utiliza métodos e procedimentos para avaliar os aspectos da personalidade e o grau de periculosidade de indivíduos que apresentam comportamentos "criminosos".
- 2. O Psicólogo que atua nas Varas de Família e da Infância e Juventude analisa a dinâmica familiar das pessoas envolvidas nos litígios, nos casos de separação conjugal.
- 3. A evolução conjunta do Direito com a Psicologia, gerou a Psicologia Jurídica, desenvolvida pelos Psicólogos para dirimir controvérsias no campo da psique, trazidas ao Judiciário, no que se refere aos conflitos emocionais e comportamentais.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2, e 3.

30. Qual prática/teoria psicológica é produzida no sistema de justiça?

- 1. Uma prática comprometida com os princípios dos direitos humanos e com a ética profissional, para criar dispositivos que acionem novos processos de subjetivação, de modo a potencializar a vida das pessoas presas.
- 2. Uma prática com função de controle social, isto é, colocar-se numa posição de escuta e confiança, diante da angústia e do conflito desejado de que o sujeito padece.
- 3. Uma prática como agente promotor de saúde e humanização das relações humanas.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2, e 3.

31. Os Psicólogos têm contribuído, nas últimas décadas, de modo relevante com a Justiça. Essas contribuições dizem respeito à:
1. emissão de Parecer Psicológico, na condição de exame complementar nas perícias de matéria médica.
 2. elaboração de Laudo Psicológico, subsidiando as contendas civis, como as da Vara de Família e a da Infância e Juventude.
 3. função de psicoterapeuta, no caso do atendimento ao apenado no sistema prisional.
 4. mediação (papel de mediador) que atende, especificamente, às Varas da família e à da Infância e Juventude.

Estão corretas somente as afirmativas:

- A) 1, 2 e 3.
- B) 3 e 4.
- C) 1 e 2.
- D) 1, 2 e 4.

32. Nos últimos anos, observou-se uma importante comunicação entre a Psicologia e o Direito, nas áreas, civil, criminal, trabalhista e outras. Sendo assim, em que situação na área cível, o Juiz pode recorrer ao auxílio do Psicólogo?

1. Em questões que envolvem a guarda de crianças disputadas litigiosamente por seus genitores.
2. Para esclarecer questões acerca de tutela, adoção e curatela.
3. Verificação da capacidade de imputação e cessação de periculosidade.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2, e 3.

33. O exame pericial precisa cumprir sua meta, realizar o diagnóstico que responde às questões propostas, visando à solução de problemas. Para tanto, a metodologia do trabalho pericial inclui:

1. O estudo psicológico dos autos do processo, que fornece os elementos sutis da trama psicológica dos envolvidos.
2. Análise do conjunto dos dados e emissão do documento escrito: o laudo.
3. Leitura detida dos quesitos: nome que se dá às questões formuladas pelo assistente técnico e pelo perito psicólogo.
4. Entrevista psicológica e o exame. No exame se aplica o instrumental da clínica psicológica – os testes psicológicos.
5. O estudo ou discussão do caso com base na literatura para assim formular as hipóteses diagnósticas e forenses.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5.
- B) 2, 3, 4 e 5, somente.
- C) 1, 2 e 4, somente.
- D) 1, 3 e 5, somente.

34. Considerando o termo perícia é correto afirmar:

1. A perícia é um exame de situações ou fatos, realizados por um especialista.
2. A perícia psicológica consiste de um exame que se caracteriza pela investigação e análise do mundo interno e externo do indivíduo.
3. Cada uma das partes implicadas pode contratar um assistente técnico, com as mesmas funções do perito, podendo inclusive realizar entrevistas e aplicar os testes psicológicos.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2, e 3.

35. Considerando a literatura sobre mediação, é correto afirmar:

1. O mediador conduz o processo na direção de um acordo, opinando e propondo soluções, usando seus conhecimentos profissionais.
2. É um processo de resolução de conflitos, no qual um terceiro, imparcial, dá assistência às pessoas envolvidas.
3. Objetiva, entre outras coisas, a manutenção de uma comunicação produtiva na procura de um acordo possível entre as partes.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2, e 3.

36. A Psicologia tem sugerido que a separação é um dos eventos mais estressantes e causa um grande mal-estar psicológico. Vários países colocam à disposição do casal, quando diante de uma separação, a utilização da mediação. No que se refere à mediação familiar é correto afirmar:

1. A existência de uma equipe auxiliar é imprescindível para encaminhar, e por vezes garantir o êxito da mediação familiar.
2. O mediador, no seu papel (mediador familiar) pode desempenhar outras funções que não esta.
3. É indicada para a separação de casais, na medida em que visa facultar às partes um momento de reflexão, possibilitando, dessa forma, a continuidade do vínculo com a outra.
4. É um meio eficaz de solução de conflito, especialmente no conflito familiar, realizado somente por psicólogo.
5. O papel do mediador familiar é o de levar as partes a elaborar, por elas próprias, acordos duráveis que levem em conta as necessidades de cada um e em particular das crianças, em uma situação/clima de co-responsabilidade parental.

Dadas as afirmativas, estão corretas somente:

- A) 1 e 4.
- B) 2, 3, 4 e 5.
- C) 1, 2 e 4.
- D) 1, 3 e 5.

37. O impacto da violência doméstica na saúde mental das mulheres envolvidas pode trazer conseqüências que não devem ser negligenciadas. As conseqüências na saúde mental das mulheres são:

1. Depressão, baixa auto-estima e ansiedade.
2. Disfunção sexual, cefaléia e síndrome de pânico.
3. Síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo e alcoolismo.
4. Estresse pós-traumático, aborto e transtorno alimentar.

Dadas as afirmativas, o correto está apenas em:

- A) 1 e 3.
- B) 1 e 4.
- C) 2 e 4.
- D) 2 e 3.

38. É papel do Psicólogo no atendimento às mulheres vítimas de violência:

1. Conscientizar a mulher quanto aos seus direitos de cidadã.
2. Oferecer apoio psicológico às mulheres e familiares que procuram os serviços.
3. Encaminhar os casos, quando necessário, aos órgãos competentes de saúde.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1 e 2, apenas.
- B) 2 e 3, apenas.
- C) 1 e 3, apenas.
- D) 1, 2 e 3.

39. A Lei de Execução Penal levou à criação de uma Comissão Técnica de Classificação (CTC) nos diversos sistemas prisionais, visando realizar o Exame Criminológico. Sobre o Exame Criminológico, é correto afirmar:

1. Só é empregado depois de declarada a culpa ou periculosidade do indivíduo.
2. Quando realizado pelo Psicólogo, difere do exame de personalidade.
3. É facultativo para os condenados à pena privativa de liberdade, em regime fechado.
4. Parte do binômio delito-delinquente e abrange a investigação médica, psicológica e social.
5. É aplicado na fase processual, na execução e na medida de segurança.

Dadas as afirmativas, estão corretas:

- A) 1, 2, 3, 4 e 5.
- B) 2, 3, 4 e 5, somente.
- C) 1, 2 e 4, somente.
- D) 1, 3 e 5, somente.

40. Qual é o papel do Psicólogo enquanto participe do sistema prisional?

- A) Atendimento psicossocial de caráter individual, a todas as pessoas presas, após avaliação na busca da disfunção que justifique o ato prisional.
- B) Interpretar, de modo positivo, as atitudes passivas das pessoas, a adaptação conformada à realidade institucional e a ausência de queixas referentes ao atendimento dispensado.
- C) Considerar um sinal de recuperação o comportamento adequado nos sistemas prisionais, com aceitação de regras institucionais.
- D) Partilhar do sistema com o objetivo de integrar, e não simplesmente visando diagnóstico, e buscar um conjunto articulado de ações envolvendo o Estado, a família e a comunidade, no compromisso de inclusão.